



AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL

Tipo 1 – BRANCA



SUA PROVA

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta;
- Além deste caderno de questões, contendo cinquenta questões objetivas e uma questão discursiva, você receberá do Fiscal de Sala:
 - o cartão-resposta das questões objetivas;
 - a folha de texto definitivo para a redação.



TEMPO

- Você dispõe de **4h 30min** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta e preenchimento da folha de texto definitivo;
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- Você poderá levar o caderno de questões se sua saída ocorrer nos 30 minutos anteriores ao término da prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Levantar da cadeira sem autorização do Fiscal de Sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão-resposta;
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);
- Confira sua cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão-resposta, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na Ata da Sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu material. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta ou folha de texto definitivo em caso de erro;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta e na folha de texto definitivo;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas;
- **Boa sorte!**

Língua Portuguesa

1

No fragmento a seguir, há uma série de conselhos implícitos.

“Assim como é boa economia guardar um pão para a velhice, assim também é de boa prática social acautelar um ofício para a hipótese de que outros falhem, ou não indenizem suficientemente o esforço de nossa ambição.”

ASSIS, Machado de. *Teoria do Medalhão*, Gazeta de Notícias. RJ. 1881.

Assinale a opção que apresenta o conselho que não faz parte dessa série.

- (A) Devemos ter prudência nos gastos.
- (B) Devemos economizar para mais tarde.
- (C) Devemos investir em nossas relações sociais.
- (D) Devemos sempre procurar melhores remunerações.
- (E) Devemos estar preparados para mudanças profissionais.

2

“A riqueza não deve ser dissipada, mas é certo que impõe obrigações imprescindíveis, e seria da maior conveniência viver a gente abaixo dos seus meios.”

ASSIS, Machado de. *Helena*. Ed. MEC (digital). Rio de Janeiro. 2020.

Ao dizer que “seria da maior conveniência viver a gente abaixo dos seus meios”, Machado quer dizer que todos nós devemos

- (A) gastar menos do que ganhamos.
- (B) procurar meios de ganhar mais.
- (C) evitar demonstrações públicas de riqueza.
- (D) pesquisar sobre preços antes das compras.
- (E) economizar continuamente por toda a vida.

3

As frases a seguir se apoiam estruturalmente em uma comparação. Assinale a opção que apresenta a frase em que isso **não** acontece.

- (A) “Dinheiro é igual a táxi: quando você mais precisa, ele não aparece.”
- (B) “A economia moderna imita o paraquedas: só funciona quando está aberta.”
- (C) “Antigamente a questão era de ‘ser ou não ser’. Hoje é de ‘ter ou não ter.’”
- (D) “Dinheiro é o cartão de crédito do pobre.”
- (E) “Quando uma porta se fecha, a fortuna geralmente abre outra.”

4

As frases a seguir carecem de coerência lógica, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) “Inclua-me fora dessa.”
- (B) “As pessoas fazem coisas horríveis por causa do dinheiro; inclusive trabalhar.”
- (C) “Há certas coisas que o dinheiro não pode comprar. Por exemplo: coisas idênticas às da semana passada.”
- (D) “Se você consegue contar seu dinheiro é porque possui dinheiro demais.”
- (E) “Eu tenho muito dinheiro para o resto da vida, a não ser que eu compre alguma coisa.”

5

Assinale a frase que mostra em sua estruturação um jogo de palavras com sentidos diferentes de um mesmo termo.

- (A) “Quem fica olhando o vento jamais semeará, quem fica olhando as nuvens jamais ceifará.”
- (B) “Eu estaria disposto a entender a economia se me convencessem de que alguém entende.”
- (C) “As fontes de todos os problemas são duas: barra de ouro e barra de saia.”
- (D) “Há coisas mais importantes na vida do que ter algum dinheiro. Uma delas é ter muito dinheiro.”
- (E) “Todo homem é sensível quando é espectador. Todo homem não é sensível quando está em ação.”

6

Assinale a opção em que a expressão sublinhada está adequadamente empregada.

- (A) Graças à inflação, os preços dispararam.
- (B) Cerca de 37,4% dos preços subiram.
- (C) Todos estamos afim de enriquecer.
- (D) O capitalista foi de encontro a um grande negócio.
- (E) Ao invés de ganhar, todos tiveram prejuízo.

7

Assinale o pensamento que mostra uma estruturação paralelística.

- (A) “O que está indo errado é que a economia está indo melhor do que se esperava.”
- (B) “A cópia só é válida quando é melhor do que o original.”
- (C) “Algum dinheiro evita preocupações. Muito dinheiro as atrai.”
- (D) “Essa história de desemprego é história de quem não tem o que fazer.”
- (E) “Há pessoas que, para subirem, descem tanto, que a vitória se transforma em derrota.”

8

Assinale a opção que mostra completa originalidade, sem referência a um texto ou expressão célebre anterior.

- (A) “Abençoados os jovens, pois deles será a herança da dívida nacional.”
- (B) “Dinheiro: chave universal que abre todas as portas.”
- (C) “No mundo existem aqueles que choram e os que vendem lenços: eu vendo lenços.”
- (D) “A ocasião não só faz o ladrão como também os grandes homens.”
- (E) “Às vezes, a alegria do dono do circo é ver o palhaço pegar fogo.”

9

Assinale a opção que indica a frase em que o termo sublinhado, ao contrário das demais, se refere a um outro termo anterior e não a um termo seguinte.

- (A) “Não importa o que você conhece: importa quem você conhece.”
 (B) “Inflação é uma forma de imposto que pode ser decretada sem legislação.”
 (C) “Não sendo útil o que fizemos, fútil é a nossa glória.”
 (D) “Há três boas coisas na vida: trabalho, trabalho, trabalho.”
 (E) “Se sabemos exatamente o que fazer, então para que fazer?”

10

A frase abaixo em que a concordância do verbo sublinhado apresenta **incorreção** é:

- (A) 50% do grupo receberam a vacina.
 (B) Um terço dos capixabas já foi vacinado.
 (C) A maior parte dos turistas também foi vacinada.
 (D) Chegaram um milhão do total adquirido esta semana.
 (E) Mais da metade dos capixabas vai receber a segunda dose.

Raciocínio Lógico / Matemática

Financeira

11

Considere as afirmativas a seguir.

- I. Todo auditor que fiscaliza a contabilidade de empresas também presta orientações sobre legislação tributária, mas nenhum auditor que presta orientações sobre legislação tributária instaura processos administrativos-fiscais.
 II. Todo auditor que apreende mercadorias irregulares faz o controle aduaneiro, e alguns auditores que fazem o controle aduaneiro, instauram processos administrativos-fiscais.
 III. Nenhum auditor que faz o controle aduaneiro presta orientação tributária.

Sendo certo que **não** há auditor que execute conjuntamente as funções de controle aduaneiro, apreensão de mercadorias irregulares e de instauração de processos administrativos-fiscais, é correto concluir que

- (A) nenhum auditor que apreende mercadorias irregulares também fiscaliza a contabilidade de empresas.
 (B) todo auditor que faz o controle aduaneiro também apreende mercadorias irregulares.
 (C) todo auditor que presta orientações sobre a legislação tributária também fiscaliza a contabilidade de empresas.
 (D) pelo menos um auditor que apreende mercadorias irregulares também instaura processos administrativos-fiscais.
 (E) pelo menos um auditor que fiscaliza a contabilidade de empresas também instaura processos administrativos-fiscais.

12

Hugo não conseguiu assistir ao último episódio de sua série televisa favorita. No capítulo anterior, o protagonista, Ned, estava em vias de enfrentar uma guerra sangrenta que poderia levá-lo à morte.

Sabendo que seus amigos Bernardo, Fernando e Ronaldo tinham visto o final do seriado, Hugo pediu, explicitamente, que não lhe contassem o que havia ocorrido.

Por diversão, os colegas resolveram escrever, cada um, uma mensagem anônima para Hugo. Os bilhetes foram recebidos na seguinte ordem:

- 1º: “A guerra foi evitada”;
 2º: “A guerra não foi evitada”;
 3º “Ned morreu na guerra”.

Hugo sabe que:

- (i) Bernardo sempre fala a verdade;
 (ii) Fernando sempre mente; e
 (iii) Ronaldo às vezes fala a verdade e, outras vezes, mente.

Analisando as três mensagens, Hugo conseguiu identificar, pela caligrafia, a que havia sido escrita por Ronaldo.

Tal constatação levou Hugo a concluir corretamente o final do seriado.

Diante disso, responda: a primeira, a segunda e a terceira mensagem foram enviadas, respectivamente, por

- (A) Bernardo, Fernando e Ronaldo.
 (B) Bernardo, Ronaldo e Fernando.
 (C) Fernando, Bernardo e Ronaldo.
 (D) Ronaldo, Bernardo e Fernando.
 (E) Fernando, Ronaldo e Bernardo.

13

Um empréstimo, por dois meses, a juros compostos de 600% ao semestre capitalizados mensalmente, equivale à taxa de desconto efetuada por uma operação de desconto simples bancário, ou seja, por uma operação de desconto simples por fora, de

- (A) 37,5% ao bimestre.
 (B) 75% ao bimestre.
 (C) 100% ao bimestre.
 (D) 150% ao bimestre.
 (E) 200% ao bimestre.

14

Bonifácio tem um capital investido que remunera à taxa de juros compostos de 6% ao mês e lhe permite, sem a necessidade de novos aportes, realizar retiradas mensais por vinte anos que crescem à taxa constante de 0,7% ao mês, sendo R\$ 1.000,00 o valor a ser recebido no primeiro mês.

O montante acumulado, no momento da primeira retirada, era de

- (A) R\$ 10.000,00
 (B) R\$ 20.000,00
 (C) R\$ 100.000,00
 (D) R\$ 200.000,00
 (E) R\$ 1.120.000,00

15

Uma dívida de R\$100.000,00 é amortizada pelo Sistema de Amortização Constante – SAC, com pagamento postecipado, juros de 24% ao ano capitalizados mensalmente, em 40 meses.

Após a quitação da 12ª parcela, a instituição credora procura o devedor e oferece financiar o restante da dívida, com juros compostos de 2,5% ao mês a partir da 13ª parcela, utilizando o Sistema Francês.

O cliente fica em dúvida se a oferta seria vantajosa, mas o credor explica que os valores das prestações iniciais do novo financiamento seriam inferiores às pactuadas no contrato vigente.

Se o devedor aceitar a proposta de financiamento do restante da dívida, a penúltima parcela a ser paga pelo Sistema Francês será de, aproximadamente,

Obs.: utilize a aproximação $(1,025^{28}=2)$.

- (A) R\$ 3.700,00
- (B) R\$ 3.500,00
- (C) R\$ 2.600,00
- (D) R\$ 2.500,00
- (E) R\$ 1.800,00

16

Uma sociedade empresária, cuja taxa mínima de atratividade é de 10% ao ano, está analisando a possibilidade de adquirir uma máquina. O valor inicial do investimento é R\$ 70.000,00. É sabido que o bem se desvaloriza com o tempo e que seu valor residual, em cinco anos, será de R\$ 10.000,00. Por outro lado, ao final do primeiro ano, a máquina gera receita de R\$ 19.800,00; ao final do segundo ano, de R\$ 19.360,00; ao final do terceiro, de R\$ 19.965,00; ao final do quarto, R\$ 19.033,30 e, ao final do quinto ano, de R\$ 9.326,12.

De acordo com os cálculos da empresa, o valor atual do fluxo de caixa seria R\$4.000,00.

Todavia, tal apuração não considerou as despesas com a manutenção da máquina, que, ao final do primeiro ano de uso, totalizariam R\$1.000,00 e, a cada ano seguinte, aumentaria 10% em relação ao ano anterior.

Refazendo-se o cálculo do valor atual do fluxo de caixa, o investimento com a compra da máquina

- (A) continua viável, pois o valor atual do fluxo de caixa não se modifica.
- (B) continua viável, mas o valor atual do fluxo de caixa é de, aproximadamente, R\$ 2.105,10.
- (C) torna-se indiferente, isto é, oferece o mesmo retorno que o mercado.
- (D) torna-se inviável, pois o valor atual do fluxo de caixa é de, aproximadamente, - R\$ 545,45.
- (E) torna-se inviável, pois o valor atual do fluxo de caixa é de, aproximadamente, - R\$ 2.105,10.

Direito Empresarial**17**

O empresário individual J. Monteiro requereu sua recuperação judicial e, antes do processamento do pedido, pleiteou a liquidação de seus débitos com a Fazenda Nacional, vencidos e vincendos até a data do protocolo da petição inicial, mediante parcelamento da dívida consolidada em 120 (cento e vinte) prestações mensais e sucessivas. A partir da 36ª (trigésima sexta) prestação, o devedor passou a descumprir o parcelamento.

Tal fato, nos termos da Lei nº 11.101/2005, enseja

- (A) a convocação de assembleia de credores para deliberar sobre a viabilidade de prosseguimento da recuperação.
- (B) a intimação do Ministério Público e do administrador judicial para pronunciamento no prazo de 15 (quinze) dias.
- (C) a suspensão do processo até o pronunciamento da Fazenda credora.
- (D) o requerimento de falência pela Fazenda credora diante da prática de ato de falência.
- (E) a decretação da falência durante o processo de recuperação judicial.

18

No processo de falência de Muniz, Canário & Bananal Ltda., após a realização das intimações eletrônicas das Fazendas Públicas federal e de todos os Estados e Municípios em que a falida tem estabelecimentos, para que tomem conhecimento da falência, publicado o edital eletrônico com a íntegra da sentença e a relação de credores apresentada pela falida, o juiz instaurou, para cada Fazenda Pública credora, incidente de classificação de crédito público.

Acerca deste incidente, analise as afirmativas a seguir.

- I. O incidente de classificação de crédito público pode ser instaurado de ofício ou a requerimento da Fazenda Pública ou do Ministério Público, quando qualquer destas entidades requerer a falência do devedor com fundamento no não pagamento de obrigação líquida constante de título executivo devidamente protestado para fins falimentares.
- II. Para aplicação das disposições concernentes ao incidente de classificação de crédito público, considera-se Fazenda Pública credora aquela constante do edital eletrônico com a relação de credores apresentada pelo falido, ou que, após a intimação eletrônica da sentença, alegue nos autos, em 15 (quinze) dias, possuir crédito contra o falido.
- III. Instaurado o incidente de classificação de crédito público, as execuções fiscais em curso contra a falida e, eventualmente, contra seus sócios, permanecerão suspensas até o encerramento da arrecadação, sendo restabelecidas automaticamente após este termo, sem necessidade de pronunciamento judicial.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

19

As opções a seguir apresentam regras legais que se aplicam ao Microempreendedor Individual (MEI), à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) O MEI é modalidade de microempresa e todo benefício aplicável à microempresa estende-se a ele sempre que lhe for mais favorável.
- (B) O MEI poderá utilizar sua residência como sede do estabelecimento, quando não for indispensável a existência de local próprio para o exercício da atividade.
- (C) O empresário individual ou empreendedor, que exerça atividades de industrialização, comercialização e prestação de serviços no âmbito rural, desde que não tenha empregados, poderá enquadrar-se como MEI.
- (D) O instituto do MEI é uma política pública que tem por objetivo a formalização de pequenos empreendimentos e a inclusão social e previdenciária.
- (E) O MEI, inscrito no conselho profissional de sua categoria na qualidade de pessoa física, fica dispensado de realizar nova inscrição no mesmo conselho, na qualidade de empresário individual.

20

O saldo das reservas de lucros da Exportadora Itapemirim do Castelo S/A ultrapassou em 15% (quinze por cento) o valor do capital social. Diante da ocorrência e considerando que não há, nessa companhia, constituição de reservas para contingências, de lucros a realizar ou de incentivos fiscais, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Conselho de Administração deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização do capital social ou na constituição de reserva de capital ou no resgate de ações.
- (B) O Conselho Fiscal, se permanente, deliberará sobre a aplicação do excesso na constituição de reserva legal ou no aumento do capital social ou na outorga de opções de compra de ações.
- (C) A Diretoria deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização do capital social ou na amortização de ações ou no resgate de bônus de subscrição.
- (D) O acionista controlador encaminhará proposta ao Conselho de Administração sobre a aplicação do excesso no resgate de debêntures ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.
- (E) A Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

21

O Sistema Operacional das Cooperativas é peculiar em razão dos Atos Cooperativos, assim denominados aqueles praticados

- (A) entre as cooperativas singulares e suas federações, entre estas e as confederações e entre as cooperativas de crédito e seus associados, para a consecução dos objetivos sociais. O ato cooperativo somente será considerado operação de mercado ou compra e venda de produto ou mercadoria se estiver abrangido no objeto social da cooperativa.
- (B) entre as cooperativas e seus associados, entre estas e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais. O ato cooperativo não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria entre as partes.
- (C) entre as cooperativas e seus fornecedores, entre as cooperativas singulares e as federações e pelos associados entre si, para a consecução dos objetivos sociais. O ato cooperativo implica operação de mercado, mas não há contrato de compra e venda de produto ou mercadoria entre as partes.
- (D) entre as cooperativas e seus fornecedores, entre estas e aquelas e pelas cooperativas centrais com suas confederações, para a consecução dos objetivos sociais. O ato cooperativo não implica operação de mercado, porém há contrato de compra e venda de produto ou mercadoria entre as partes.
- (E) entre as cooperativas e seus associados, entre estes e os fornecedores empresários e pelas cooperativas entre si quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais. O ato cooperativo implica operação de mercado e contrato de compra e venda de produto ou mercadoria entre as partes.

22

Dores da Terra Orgânicos Ltda. emitiu fatura de venda de produto e sacou a correspondente duplicata, a prazo, sob forma escritural em face de Kennedy, mediante lançamento em sistema eletrônico gerido por escriturador de duplicatas escriturais autorizado.

A apresentação da duplicata escritural ao sacado foi efetuada por meio eletrônico no sistema do escriturador no primeiro dia útil seguinte ao da emissão do título.

Nos termos da Lei nº 13.775/2018, o sacado poderá, por meio eletrônico, aceitar a duplicata no prazo de

- (A) 15 dias, contados da data de apresentação da duplicata.
- (B) 10 dias, contados da data de venda do produto.
- (C) 7 dias, contados da data de notificação do sacado para aceite.
- (D) 5 dias, contados da data de emissão da duplicata.
- (E) 2 dias, contados da data de emissão da fatura.

Direito Constitucional

23

A sociedade empresária Alfa, situada no Estado do Espírito Santo e que atua na comercialização de peças de automóveis, contratou a importadora WW, situada no Estado de Minas Gerais, para que realizasse a prestação de serviço afeto ao despacho aduaneiro de mercadorias. As mercadorias assim importadas seriam comercializadas nos estabelecimentos de Alfa, todos situados no Estado do Espírito Santo. O desembaraço aduaneiro, no entanto, foi realizado no Estado do Rio de Janeiro.

À luz da sistemática constitucional vigente e da narrativa apresentada, assinale a opção que indica o sujeito ativo da obrigação tributária do imposto sobre a circulação de bens e serviços de qualquer natureza.

- (A) O definido em convênio.
- (B) O Estado de Minas Gerais.
- (C) O Estado do Rio de Janeiro.
- (D) O Estado do Espírito Santo.
- (E) O Estado que primeiro realizar o lançamento tributário.

24

João, servidor público estadual, faltando com seu dever jurídico de cuidado, fez que o veículo oficial que estava conduzindo colidisse com o veículo de Maria, que se encontrava estacionado na via pública.

À luz da sistemática constitucional vigente, a ação de ressarcimento a ser ajuizada por Maria em face do Estado será regida pela teoria

- (A) do risco social.
- (B) do risco integral.
- (C) civilista da culpa.
- (D) do risco administrativo.
- (E) subjetiva da responsabilização.

25

João, vereador do Município Beta, qualificando-se como tal e de modo isolado, sem prévia aprovação da Câmara Municipal, solicitou ao Prefeito Municipal que lhe fossem disponibilizados alguns documentos não sigilosos afetos à gestão pública, de modo que lhe fosse possível avaliar a juridicidade das despesas realizadas.

À luz da sistemática constitucional, o requerimento formulado deve ser

- (A) indeferido, pois somente a Câmara Municipal fiscaliza a atuação do Poder Executivo, o que impede a atuação isolada de um vereador.
- (B) deferido, pois o parlamentar, na qualidade de cidadão, tem o direito de acesso às informações de interesse público não submetidas a sigilo.
- (C) deferido, pois a solicitação de informações apresentada pelo vereador pode ser a qualquer momento chancelada pela Câmara Municipal.
- (D) indeferido, pois somente o Tribunal de Contas realiza a fiscalização da juridicidade das despesas realizadas.
- (E) indeferido, pois informações dessa natureza constarão da prestação anual de contas de governo do Prefeito Municipal.

26

A Confederação Sindical ZZ, que zelava pelos interesses dos profissionais da área de saúde, ajuizou ação declaratória de constitucionalidade (ADC) da Lei Estadual nº XX, que estabeleceu importantes medidas em prol da realização de exames, em caráter preventivo, com o objetivo de detectar a presença de patologias de natureza viral.

Como esse diploma normativo gerou muita insatisfação por parte de algumas sociedades empresárias, foram ajuizadas diversas demandas que postulavam a sua não aplicação sob o argumento de ser inconstitucional, sendo atendidos em muitas delas os pedidos formulados.

Em caráter cautelar, ZZ postulou a suspensão do julgamento dos processos que envolvessem a aplicação da Lei Estadual nº XX, até o julgamento definitivo da ADC.

À luz da sistemática afeta à ação declaratória de constitucionalidade, é correto afirmar que a narrativa

- (A) não apresenta qualquer aspecto dissonante da ordem constitucional.
- (B) apresenta irregularidade apenas em relação à formulação do pedido de natureza cautelar.
- (C) apresenta irregularidade apenas em relação à legitimidade para agir da autora, que não a possui.
- (D) apresenta irregularidade em relação à legitimidade para agir da autora e à formulação do pedido de natureza cautelar.
- (E) apresenta irregularidade apenas em relação ao objeto, qual seja, a lei cuja constitucionalidade se almeja ver reconhecida.

27

O Município Teta, situado em região com elevado potencial turístico, editou a Lei nº XX/2019, segundo a qual os supermercados deveriam disponibilizar funcionários para ensacar os itens adquiridos por seus clientes.

A edição desse diploma normativo decorreu de ampla campanha popular, já que, nos finais de semana e nos feriados, a população do Município chegava a triplicar, sendo que a ausência dos empacotadores acarretava a formação de extensas filas nesses locais, causando grande desconforto aos municípios.

À Lei nº XX/2019 é

- (A) inconstitucional, por violar o princípio da livre iniciativa.
- (B) inconstitucional, por afrontar a regra da autorregulação do setor econômico.
- (C) constitucional, pois se trata de matéria de interesse local, de competência do Município.
- (D) constitucional, pois compete ao Município suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.
- (E) constitucional, por se tratar de imposição proporcional, aos supermercados, considerando o interesse coletivo.

28

O Estado Alfa editou a Lei nº XX/2020, disciplinando a cobrança do imposto sobre transmissão *causa mortis*, nas hipóteses em que o *de cujus* possuía bens no exterior.

Ao ser notificado do lançamento tributário, o inventariante insurgiu-se contra a cobrança, com o argumento de que a União ainda não editara lei complementar regulando a matéria, o que era verdadeiro.

A Lei nº XX/2020 é formalmente

- (A) inconstitucional, porque, apesar de o Estado Alfa poder dispor sobre a matéria, tal deveria ser feito com a edição de lei complementar.
- (B) inconstitucional, porque a ausência de lei complementar da União, disciplinando a competência tributária, impede que o Estado Alfa legisle sobre a matéria.
- (C) constitucional, porque a ausência de lei complementar da União não pode obstar o exercício de nenhuma competência tributária pelos demais entes federativos.
- (D) constitucional, porque a ausência de normas gerais editadas pela União, em matéria de legislação tributária, permite que o Estado Alfa exerça a competência legislativa plena.
- (E) constitucional, porque os balizamentos para a cobrança do referido imposto estão integralmente previstos na ordem constitucional, logo, o Estado Alfa limitou-se a repeti-los.

Direito Administrativo

29

João, auditor fiscal da Receita Estadual do Espírito Santo, acaba de ser lotado em departamento, cuja direção imediata é exercida por seu irmão Rafael.

Sabe-se que a Constituição do Estado do Espírito Santo estabelece o seguinte em seu Art. 32, inciso VI: “é vedado ao servidor público servir sob a direção imediata de cônjuge ou parente até terceiro grau civil, não admitindo ainda nomeações que configurem reciprocidade por nomeações”.

Considerando que Rafael continuará exercendo a direção do departamento diante de sua notória especialização na área, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, João

- (A) deve ser removido de ofício pela Administração Pública, no regular exercício de sua autotutela, ou a pedido pelo próprio servidor, sob pena de responder por ato de improbidade administrativa por violação a preceito da Constituição Estadual e a princípios da Administração Pública.
- (B) deve ser removido de ofício pela Administração Pública, no regular exercício de sua autotutela, ou a pedido pelo servidor, sob pena de responsabilidade na esfera administrativa, pois o ato administrativo de sua lotação é ato nulo, por violar Súmula Vinculante do STF que veda o nepotismo.
- (C) deve retomar a sua lotação anterior, ou ser lotado em outro órgão, pois o STF declarou a constitucionalidade do mencionado dispositivo da Constituição Estadual, de maneira que a vedação estabelecida é considerada válida para todos os tipos de cargos e funções públicas, incluindo cargos efetivos e em comissão, em atenção aos princípios da impessoalidade e da moralidade.
- (D) não precisa ser removido, pois o STF deu interpretação, conforme a Constituição, ao mencionado dispositivo da Constituição Estadual, que é considerado válido somente quando incidir sobre os cargos de provimento em comissão, função gratificada e cargos de direção e assessoramento, de maneira que tal vedação não pode alcançar os servidores ocupantes de cargo efetivo.
- (E) não precisa ser removido, pois o STF declarou a inconstitucionalidade do mencionado dispositivo da Constituição Estadual, de maneira que a vedação estabelecida é considerada inválida para todos os tipos de cargos e funções públicas, incluindo cargos efetivos e em comissão, pois a lotação de servidores públicos é matéria que está inserta na discricionariedade administrativa.

30

O Estado Alfa, em razão da emergência de saúde pública de importância internacional, estabeleceu regularmente, no âmbito de suas competências, algumas medidas restritivas não farmacológicas no enfrentamento à pandemia do novo *coronavírus*.

Dentre as providências adotadas, foi determinada a quarentena pela suspensão do funcionamento dos serviços e atividades não essenciais em todo o Estado, pelo prazo de dez dias.

Com base na Lei nº 13.979/2020, as medidas adotadas somente puderam ser determinadas com

- (A) prévia autorização da União, representada pelo Ministério da Saúde, que, na qualidade de articulador do Sistema Único de Saúde (SUS), detém informações técnicas estratégicas para legitimar a medida restritiva adotada.
- (B) prévio consenso com a União e os Municípios situados no território do Estado Alfa, em razão da indispensável cooperação e articulação dos entes que integram o Sistema Único de Saúde (SUS).
- (C) base em evidências científicas e em análises sobre as informações estratégicas em saúde, devendo ser limitadas no tempo e no espaço ao mínimo indispensável à promoção e à preservação da saúde pública.
- (D) base em evidências técnicas e científicas, mediante prévia oitiva da comissão tripartite do Sistema Único de Saúde (SUS), vedada a prorrogação das medidas restritivas por prazo superior a trinta dias.
- (E) prévia autorização da Anvisa, dispensada a concordância de qualquer outro órgão da administração pública direta ou indireta, e com prazo de até setenta e duas horas, que poderá ser renovado sucessivas vezes, com base em evidências científicas.

31

O Estado Alfa, com base em norma estadual, publicou em seu sítio eletrônico na internet a relação dos nomes, cargos e remuneração de seus servidores públicos, como forma de transparência ativa.

Inconformada, Maria, servidora pública estadual, ajuizou ação judicial em face do Estado, pleiteando obrigação de fazer para retirada das informações relacionadas à sua pessoa, alegando ofensa a seu direito fundamental à intimidade.

De acordo com o Supremo Tribunal Federal, em tese de repercussão geral, o pleito de Maria

- (A) não merece prosperar, eis que é legítima a publicação, inclusive em sítio eletrônico mantido pela Administração Pública, dos nomes dos seus servidores e do valor dos correspondentes vencimentos e vantagens pecuniárias.
- (B) não merece prosperar, eis que a Administração Pública possui discricionariedade em divulgar registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros, como por exemplo, o valor da remuneração de seus servidores.
- (C) merece prosperar, eis que a divulgação de informações pessoais dos servidores mostra-se infrutífera e desarrazoada, e submete a risco a segurança da servidora, que vê sua privacidade exposta publicamente, não sendo absoluta a preponderância do interesse público sobre o particular.
- (D) merece prosperar, eis que a publicidade deve ser limitada à divulgação genérica dos salários correspondentes a cada cargo, levando em conta a progressão vertical e horizontal na carreira, sem vinculação direta ao nome do servidor, sob pena de ofensa ao direito à intimidade.
- (E) merece prosperar parcialmente, eis que deve ser substituído apenas o nome pela matrícula de Maria, de maneira a viabilizar a publicidade da remuneração do agente público, sem ofender a intimidade da servidora, conforme princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

32

Com base na nova Lei de Licitação, o Estado Alfa pretende proceder à locação de determinado imóvel, cujas características de instalações e de localização tornam necessária sua escolha. Trata-se de imóvel exatamente ao lado da Secretaria Estadual de Fazenda, que abrigará novas instalações para os Auditores Fiscais da Receita Estadual.

No bojo do processo administrativo, já foi observada regularmente a avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações, pois imprescindíveis às necessidades de utilização, e do prazo de amortização dos investimentos.

Com base na Lei nº 14.133/2021, a contratação pretendida enseja

- (A) dispensa de licitação, mediante certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto, justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser locado e economicidade do contrato, que deve estar de acordo com o preço de mercado.
- (B) inexigibilidade de licitação, mediante certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto, e justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser locado pela Administração e que evidenciem vantagem para ela.
- (C) licitação frustrada, em razão da falta de outros imóveis que atendam ao objeto do contrato, sendo imprescindíveis justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser locado e economicidade do contrato, que deve estar de acordo com o preço de mercado.
- (D) realização de processo de licitação, na modalidade concorrência, em razão da natureza da contratação, independentemente do preço global do contrato, devendo ser observado o preço de mercado e as condições estruturais e funcionais do imóvel a ser locado.
- (E) realização de processo de licitação, na modalidade leilão, em razão da natureza da contratação, independentemente do preço global do contrato, devendo ser observado o preço de mercado e as condições estruturais e funcionais do imóvel a ser locado.

33

João, servidor público estadual ocupante de cargo efetivo, completou 75 anos e foi aposentado compulsoriamente.

Tendo em vista sua vasta experiência profissional na área em que atua, no dia seguinte à publicação de sua aposentadoria no Diário Oficial, João foi convidado pelo Secretário Estadual para exercer um cargo em comissão, de maneira a cumprir exatamente as mesmas funções de assessoramento que exercia antes de se aposentar.

Não havendo impedimentos de ordem infraconstitucional no caso concreto, de acordo com o Supremo Tribunal Federal, João

- (A) não pode ser nomeado para cargo em comissão após 75 anos de idade, assim como para qualquer outro tipo de cargo ou emprego público, por expressa vedação constitucional.
- (B) não pode ser nomeado para cargo em comissão que lhe foi oferecido, por ofensa reflexa à vedação constitucional mediante fraude.
- (C) não pode ser nomeado para o cargo em comissão que lhe foi oferecido, pois precisa cumprir quarentena de três anos para o exercício de qualquer outra função pública, exceto cargo eletivo.
- (D) pode ser nomeado para o cargo em comissão que lhe foi oferecido, devendo ser reconhecida a continuidade de vínculo efetivo com a Administração, para fins de recebimento de verbas remuneratórias e gratificações de produtividade, em atenção aos princípios da eficiência e da isonomia.
- (E) pode ser nomeado para o cargo em comissão que lhe foi oferecido, pois os servidores ocupantes de cargo exclusivamente em comissão não se submetem à regra da aposentadoria compulsória, não havendo que se falar em continuidade ou criação de vínculo efetivo com a Administração.

34

José, Auditor Fiscal da Receita Estadual, é réu em ação civil pública por ato de improbidade administrativa, na qual lhe é imputada a conduta de agir negligentemente na arrecadação de tributo, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público estadual. Foi proferida sentença condenatória contra José, com a procedência integral dos pedidos do MP.

Inconformado, José interpôs recurso de apelação e, imediatamente, por meio de seu advogado, procurou o MP para firmar acordo de não persecução cível.

De acordo com a Lei nº 8.429/92 e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, é

- (A) possível a celebração de acordo de não persecução cível no âmbito da ação de improbidade administrativa em fase recursal, mediante homologação judicial.
- (B) possível a celebração de acordo de não persecução cível independentemente de homologação judicial, com extinção da ação de improbidade por perda superveniente de interesse de agir.
- (C) impossível a celebração de acordo de não persecução cível em sede de ação de improbidade administrativa, pois a lei, expressamente, veda a transação, o acordo ou a conciliação nessas ações, pela indisponibilidade do interesse público.
- (D) impossível a celebração de acordo de não persecução cível em sede de ação de improbidade administrativa em fase recursal, pela indisponibilidade do interesse público e pela falta de interesse ao MP, que já obteve sentença de procedência.
- (E) impossível a celebração de acordo de não persecução cível em sede de ação de improbidade administrativa, mas é cabível a delação premiada ou o acordo de leniência, desde que presentes os requisitos legais e, no caso em tela, mediante homologação judicial.

Direito Civil / Direito Penal

35

Renato, estudante de quinze anos, foi contemplado com vasto legado deixado por seu tio avô, o que lhe permitia oferecer à Luiza, sua mãe, conforto material. Luiza era viúva e os únicos bens que lhe pertenciam eram os que integravam o enxoval de uma das casas que Renato recebeu, onde com ele residia.

Certo dia, Renato, representado por sua mãe, adquire uma bicicleta e, ao sair da loja, desequilibra-se e cai na pista de rolamento da rua em frente ao estabelecimento. No momento da queda, Joaquim, que conduzia seu carro, desvia-se de Renato, que nada sofre, mas colide com a lateral do automóvel de Carla, estacionado do outro lado da rua. A colisão ocasionou danos em ambos os veículos automotores, mas, como trafegava em baixa velocidade, Joaquim saiu fisicamente ileso.

Diante destes fatos, assinale a afirmativa correta.

- (A) Carla faz jus a indenização pelos danos ocasionados ao seu carro por Joaquim, que poderão ser por ele ressarcidos.
- (B) A incapacidade civil de Renato, impede Joaquim de o responsabilizar patrimonialmente pelos danos sofridos.
- (C) Joaquim deverá provar a negligência de Luiza no exercício da autoridade parental para haver indenização.
- (D) O fortuito ocorrido não permite que Joaquim pleiteie indenização de Luiza.
- (E) Joaquim nada deverá pagar a Carla, pois agiu em estado de necessidade.

36

Em 30 de janeiro de 2015, Ricardo devolve a Rita, o imóvel que dela havia alugado. Os contratantes extinguiram a locação, com a ressalva da dívida de um mês de aluguel, que Ricardo se obrigou a pagar em 10 de fevereiro seguinte. Rita nada fez para receber seu crédito, ante dificuldades financeiras de Ricardo.

Em 10 de março de 2021, Ricardo recebeu um computador em contraprestação a trabalho desenvolvido e resolveu entregá-lo no mesmo dia à Rita, de modo a extinguir a obrigação decorrente da locação. Embora seja de valor inferior ao crédito, Rita recebe o objeto dando quitação sem ressalva a Ricardo. Todavia, após alguns dias do recebimento, Rita recebe oficial de justiça em sua residência, o qual, munido de mandado de busca e apreensão expedido em cumprimento de sentença, leva o computador, que pertencia a terceiro.

Diante destes fatos, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ante a consumação do prazo prescricional, a transmissão do computador deve ser tida como doação e Ricardo não está sujeito às consequências da evicção.
- (B) O recebimento do computador, dentro do prazo prescricional, indica dação em pagamento, pelo que Ricardo responde pela evicção.
- (C) Ainda que consumado o prazo prescricional, a dação em pagamento, diante da evicção, importa em renúncia à prescrição.
- (D) Apesar da consumação do prazo prescricional, a transmissão do bem produz efeitos liberatórios da pretensão de Rita, ainda que ocorra a evicção.
- (E) O recebimento do computador, dentro do prazo prescricional, indica dação em pagamento, pelo que Ricardo não deve responder pela evicção.

37

Com relação a direitos sucessórios de companheiros que concorrem com filhos comuns, analise as afirmativas a seguir.

- I. O(A) companheiro(a) sobrevivente fará jus aos bens adquiridos onerosamente durante a união estável.
- II. Os bens particulares serão herdados pelos(as) companheiros(as) sobreviventes, salvo na hipótese de separação obrigatória de bens.
- III. Os(As) companheiros(as) sobreviventes participam da meação deixada pelo(a) companheiro(a) falecido.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) II, somente.
- (C) III, somente.
- (D) I e III, somente.
- (E) I, II e III.

38

Relativamente ao tema da aplicação da lei penal no tempo, analise as afirmativas a seguir.

- I. A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.
- II. Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela os efeitos penais da sentença condenatória, incidindo o princípio da *abolitio criminis* aos crimes decorrentes de leis penais excepcionais e temporárias.
- III. A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado e já iniciada a execução da pena.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

39

Durante uma fiscalização de rotina *in loco* de um determinado estabelecimento comercial, dois fiscais solicitam ao comerciante a documentação pertinente. O comerciante exhibe os documentos aos fiscais e estes constatam a ocorrência de irregularidades que os obrigariam a atuar o estabelecimento.

Os fiscais comunicam ao comerciante que ele será autuado, momento em que este oferece a quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para que eles deixassem de fazer a autuação. Os fiscais responderam que estariam de acordo mediante o pagamento de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). O comerciante afirma que não tem essa quantia e os fiscais realizam a autuação na forma da lei.

Diante da narrativa, assinale a afirmativa correta.

- (A) O comerciante e os fiscais não cometeram nenhum crime, pois não foi efetivado o pagamento de dinheiro e o estabelecimento foi regularmente autuado.
- (B) O comerciante cometeu o crime de corrupção e os fiscais cometeram o crime de concussão, todos na modalidade tentada.
- (C) O comerciante cometeu o crime de corrupção ativa na modalidade tentada e os fiscais não cometeram nenhum crime.
- (D) O comerciante cometeu o crime de corrupção ativa e os fiscais cometeram o crime de corrupção passiva.
- (E) O comerciante cometeu o crime de corrupção e os fiscais cometeram o crime de prevaricação.

40

José trabalha como guarda-vidas da piscina do Clube Romano, aberto ao público das 8h às 22h, diariamente. A piscina do clube funciona das 9h às 21h, de terça a domingo, sendo aberta por Antônio, que trabalha como zelador no mesmo clube.

José é sempre o primeiro a entrar na área da piscina, tão logo ela é aberta, para assumir seu posto no alto da cadeira de guarda-vidas. Contudo, no dia 1º de novembro de 2020, ele não chegou no horário porque sua condução atrasou. O espaço da piscina foi aberto por Antônio no horário habitual, mas José somente chegou ao clube às 10h. Ao entrar na área da piscina deparou-se com uma cena terrível: o corpo de uma criança morta, boiando na piscina.

Sobre a conduta de José, assinale a afirmativa correta.

- (A) José não praticou nenhum crime.
- (B) José omitiu-se na prestação de socorro (Art. 135 do CP).
- (C) José cometeu homicídio culposo (Art. 121, § 3º, do CP).
- (D) José cometeu homicídio culposo na modalidade comissiva por omissão, pois exercia a função de garantidor (Art. 121, § 3º, c/c. o Art. 13, § 2º, ambos do CP).
- (E) José cometeu homicídio doloso na modalidade comissiva por omissão, pois exercia a função de garantidor (Art. 121, *caput*, c/c. o Art. 13, § 2º, ambos do CP).

Contabilidade Geral

41

Em 02/12/X0, a sociedade empresária **ZZ** adquiriu computadores para serem utilizados por seus colaboradores, com a intenção de usá-los por três anos. A sociedade empresária adquiriu, ao mesmo tempo, peças de reposição, com a intenção de utilizá-las no período de vida útil dos computadores.

Assinale a opção que indica, respectivamente, a contabilização dos computadores e das peças de reposição no balanço patrimonial da sociedade empresária **ZZ**.

- (A) Investimentos / Ativo Realizável a Longo Prazo.
- (B) Investimentos / Investimentos.
- (C) Ativo Imobilizado / Ativo Circulante.
- (D) Ativo Imobilizado / Ativo Realizável a Longo Prazo.
- (E) Ativo Imobilizado / Ativo Imobilizado.

42

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, ao avaliar se há indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, uma entidade deve considerar algumas indicações.

Com relação a essas indicações, analise as afirmativas a seguir.

- I. Há indicações de que o valor do ativo diminuiu significativamente durante o período, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal.
- II. Ocorreram, durante o período, mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado.
- III. Há evidências provenientes de relatórios realizados pela área de controladoria, que indicam que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Assinale a opção que indica apenas as fontes externas de informação.

- (A) I, somente.
- (B) II, somente.
- (C) I e II, somente.
- (D) I e III, somente.
- (E) II e III, somente.

43

Relacione as características qualitativas de melhoria de informações financeiras úteis às suas respectivas explicações.

1. Comparabilidade
2. Capacidade de verificação
3. Tempestividade
4. Compreensibilidade

- () permite aos usuários identificar e compreender similaridades e diferenças entre itens.
- () implica em classificar, caracterizar e apresentar informações de modo claro e conciso.
- () significa disponibilizar informações aos tomadores de decisões a tempo para que sejam capazes de influenciar suas decisões.
- () ajuda a garantir aos usuários que as informações representem de forma fidedigna os fenômenos econômicos que pretendem representar

Assinale a opção que apresenta, segundo a ordem apresentada, a relação correta.

- (A) 4 – 2 – 3 – 1.
- (B) 4 – 3 – 2 – 1.
- (C) 1 – 2 – 3 – 4.
- (D) 1 – 4 – 3 – 2.
- (E) 2 – 4 – 1 – 3.

44

Com base no Pronunciamento Técnico CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos, **não** podem ser considerados *ativos qualificáveis*.

- (A) As plantas industriais para manufatura.
- (B) As propriedades para investimentos.
- (C) As usinas de geração de energia.
- (D) Os ativos intangíveis.
- (E) Os ativos financeiros.

45

Assinale a opção que indica a classificação dos dividendos e dos juros sobre o capital próprio na Demonstração dos Fluxos de Caixa encorajada pelo Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

- (A) Os recebidos e os pagos são atividade operacional.
- (B) Os recebidos e os pagos são atividade de investimento.
- (C) Os recebidos e os pagos são atividade de financiamento.
- (D) Os recebidos são atividade operacional e os pagos são atividade de financiamento.
- (E) Os recebidos são atividade de investimento e os pagos são atividade de financiamento.

46

Uma entidade que presta serviços de consultoria apresentava os seguintes saldos em seu ativo, em 31/12/X0.

- Disponibilidades: R\$ 50.000;
- Empréstimo concedido a sócio da entidade para pagamento em 3 meses: R\$ 20.000;
- Crédito Fiscal: R\$ 15.000;
- Automóveis utilizados no negócio: R\$ 30.000;
- Depreciação Acumulada dos automóveis: R\$ 10.000;
- Seguro antecipado dos automóveis, com vigência de dois anos: R\$ 24.000.

Assinale a opção que indica o valor do ativo realizável a longo prazo, em 31/12/X0.

- (A) R\$ 27.000
- (B) R\$ 32.000
- (C) R\$ 47.000
- (D) R\$ 59.000
- (E) R\$ 79.000

47

Uma sociedade empresária reconhece um terreno mantido para valorização pelo seu valor justo.

Em 31/12/X1 a sociedade empresária constatou que o valor justo do terreno passou de R\$ 100.000 para R\$ 120.000.

Assinale a opção que indica a correta contabilização destes R\$ 20.000 na Demonstração do Valor Adicionado da empresa, em 31/12/X1.

- (A) Outras Receitas.
- (B) Valor Adicionado recebido em transferência.
- (C) Remuneração de capital próprio.
- (D) Remuneração de capital de terceiros.
- (E) O valor não é evidenciado na Demonstração do Valor Adicionado.

48

A Cia. X tem 80% de participação na Cia. Y. Em 31/12/X0, as empresas apresentavam os balanços patrimoniais a seguir.

	Cia X	Cia Y	Consolidado
Ativo			
Caixa	100.000	120.000	220.000
Terreno	60.000		60.000
Investimentos	96.000		
Total do Ativo	256.000	120.000	280.000
Patrimônio Líquido			
Capital Social	256.000	120.000	256.000
Part. Não controladores			24.000
Total do PL	256.000	120.000	280.000

Em X1, a Cia. X vendeu o terreno para a Cia. Y por R\$80.000, à vista.

Assinale a opção que indica o valor contabilizado na conta "Terreno" no Balanço Patrimonial Consolidado, em 31/12/X1.

- (A) R\$ 48.000
- (B) R\$ 56.000
- (C) R\$ 60.000
- (D) R\$ 64.000
- (E) R\$ 80.000

49

As Cias. X e Y apresentavam os seguintes balanços patrimoniais, em 31/12/X0:

	Cia X	Cia Y	Consolidado
Ativo			
Caixa	50.000	10.000	60.000
Estoques		20.000	20.000
Investimentos	30.000		
Total do Ativo	80.000	30.000	80.000
Patrimônio Líquido			
Capital Social	80.000	30.000	80.000
Total do PL	80.000	30.000	80.000

Em janeiro de X1, a Cia. Y vendeu todo o seu estoque à vista para a Cia. X, por R\$ 30.000. Em junho de X1, a Cia. X vendeu 60% do estoque para terceiros por R\$ 40.000.

Em relação às demonstrações consolidadas, em 31/12/X1, assinale a afirmativa correta.

- (A) O custo das mercadorias vendidas é de R\$ 18.000.
- (B) O lucro bruto é de R\$ 28.000.
- (C) A receita de equivalência patrimonial é de R\$ 10.000.
- (D) O lucro líquido é de R\$ 38.000.
- (E) O estoque é de R\$ 12.000.

50

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, entre os ativos gerados internamente em uma entidade, são geralmente contabilizados no Balanço Patrimonial, como *Ativo Intangível*,

- (A) os equipamentos.
- (B) os *softwares* de computadores.
- (C) as marcas.
- (D) os títulos das publicações.
- (E) as listas de clientes.

Questão Discursiva

1

A sociedade empresária *Sapatos e Bolsas Comércio Ltda.*, com sede em Vitória (ES), atuante no setor de vendas a varejo de calçados e bolsas, declarou a menor, pagando também a menor, o ICMS devido em certo período de apuração. Em razão disso, o Fisco Estadual autuou a sociedade empresária, realizando um lançamento suplementar de ofício com multa quanto à parcela de ICMS que não havia sido nem declarada nem paga.

A sociedade empresária então adere a um programa estadual de parcelamento em 10 vezes para pagar a dívida objeto da autuação e inicia o pagamento das parcelas. Contudo, após o pagamento da 5ª parcela, é avisada por seu advogado de que, no momento do lançamento, já teria se consumado a decadência dos créditos presentes na autuação.

Diante desse cenário, responda aos itens a seguir.

- A) Conceitue *decadência tributária* e indique como se conta o prazo decadencial, na hipótese do enunciado. (Valor: 15 pontos)
- B) Em razão da adesão livre e espontânea ao parcelamento da dívida, avalie os efeitos de confissão de dívida e de não restituição das parcelas já pagas, decorrentes de tal adesão. (Valor: 15 pontos)

Observação: cada um dos itens deve ser respondido em espaço específico, com no máximo 20 linhas.

Rascunho - QUESTÃO DISCURSIVA - ITEM A

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

RASCUNHO

Rascunho - QUESTÃO DISCURSIVA - ITEM B

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

RASCUNHO

Realização

